UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CADERNO DE QUESTÕES
PROVA ESCRITA OBJETIVA

12/04/2026

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO TEMPORÁRIO:	FUNÇÃO: PROFISSIONAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO EDITAL Nº 08/2026 UNIDADE: NEPAM

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO TEMPORÁRIO
PROFISSIONAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO – Edital nº 08/2026
NEPAM

INSTRUÇÕES

Você está recebendo **01 Caderno de Questões e 01 Folha de Respostas** para a prova escrita **Objetiva**.

O caderno de questões contém:

- 40 questões objetivas – valor de cada questão: 0,25 ponto

ATENÇÃO!

1 - As questões da prova escrita objetiva deverão ser respondidas **na Folha de Respostas**, no espaço destinado, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme modelo.

2- Marque apenas uma resposta [X] por questão; mais de uma marcação anula a resposta.

3- Não serão consideradas respostas a lápis.

4 - Não amasse nem rasure a Folha de Respostas.

5 - Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

6- O candidato não poderá se identificar em qualquer folha do caderno de respostas sob pena de anulação das provas, devendo apenas preencher os dados e assinar no local indicado na capa do caderno de respostas.

7- Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas.

DURAÇÃO DA PROVA: **03 horas**

DIVULGAÇÃO DO GABARITO: 14/04/2026

RESULTADO DA PROVA: 08/05/2026

1) Na Diretoria Acadêmica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), uma equipe de 15 servidores consegue validar um lote fixo de processos em 8 dias. Se a equipe for reduzida para 10 servidores, mantendo o mesmo ritmo de trabalho, em quantos dias eles conseguirão validar esse mesmo lote?

a) 5,3 dias

b) 10 dias

c) 12 dias

d) 15 dias

2) Um Profissional em Administração da UNICAMP está revisando o contrato anual de um fornecedor de materiais de escritório. O valor inicial do contrato era de R$ 8.000,00. Devido à inflação e ao aumento dos custos operacionais, o valor sofreu dois aumentos sucessivos: o primeiro de 15% e, logo em seguida, um novo reajuste de 10% sobre o valor já atualizado.
Após uma negociação direta entre o Administrador e o fornecedor, foi concedido um desconto de 5% sobre o valor final após os aumentos, para pagamento à vista.
Considerando essas variações, o valor final a ser pago pelo contrato é de:

a) R$ 10.120,00

b) R$ 9.614,00

c) R$ 10.296,00

d) R$ 9.585,00

3) O Almoxarifado Central da UNICAMP recebeu um lote de 240 pacotes de papel A4 para suprir as Unidades e Órgãos da Universidade. Após o primeiro mês de uso, um Profissional em Administração verificou que a razão entre o número de pacotes já consumidos e o número de pacotes que ainda restam no estoque é de 3/5.
Considerando que o valor de aquisição de cada pacote de papel, conforme a última licitação, foi de R$ 22,00, o valor total correspondente ao estoque que ainda resta (saldo atual) no Almoxarifado, após o período de consumo mencionado, é de:

a) R$ 3.300,00

b) R$ 2.640,00

c) R$ 1.980,00

d) R$ 3.960,00

4) Observe a seguinte sequência de figuras:

	◯	⊕	□	⊞	△	◯	⊕	□	⊞	...
Posição →	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	...

Sabendo que essa sequência apresenta sempre o mesmo padrão de repetição, a figura que se encontra na 64ª posição é:

a) ◯

b) ⊞

c) ⊕

d) △

5) Considere as seguintes proposições:

I. A contagem de tempo foi averbada ou a gratificação foi atualizada.

II. Se a gratificação foi atualizada, então o Diretor da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) assinou a portaria.

III. Se a Seção de Contagem de Tempo não validou o processo, então o Reitor não autorizou a nomeação.

IV. A Seção de Contagem de Tempo validou o processo e o Diretor da DGRH assinou a portaria.

V. Se o Reitor autorizou a nomeação, então o servidor Sérgio é o Diretor da Diretoria Geral de Administração (DGA).

Sabendo que as três primeiras proposições (I, II e III) apresentam valor lógico verdadeiro e as duas últimas (IV e V) apresentam valor lógico falso, é logicamente verdadeiro afirmar:

a) Se a Seção de Contagem de Tempo validou o processo, então o servidor Sérgio é o Diretor da DGA.

b) O Diretor da DGRH assinou a portaria ou a gratificação foi atualizada.

c) Se a contagem de tempo foi averbada, então a gratificação foi atualizada.

d) A contagem de tempo não foi averbada ou o Diretor da DGRH não assinou a portaria.

6) Um servidor do cargo de Profissional em Administração da UNICAMP precisa compartilhar um relatório armazenado no Google Drive com um colega, mas deseja garantir que este colega consiga apenas ler o conteúdo, sem fazer alterações ou adicionar comentários. Ao configurar o compartilhamento, o servidor deve selecionar o nível de acesso:

a) Editor

b) Proprietário

c) Comentador

d) Leitor

7) Somar os valores contidos no intervalo de células de A1 até A10, mas apenas se o valor correspondente na coluna B (de B1 a B10) for igual a "Concluído". A função correta para realizar essa operação no Excel do Microsoft 365 é:

a) =SOMA(A1:A10; "Concluído")

b) =CONT.SE(B1:B10; "Concluído"; A1:A10)

c) =SOMASE(B1:B10; "Concluído"; A1:A10)

d) =PROCV(A1:A10; "Concluído"; 2; 0)

8) No Word do Microsoft 365, em sua interface online, ao redigir um relatório em conjunto com outros servidores da UNICAMP, um Profissional em Administração deseja inserir um comentário direcionado especificamente a um colega, garantindo que este receba uma notificação por e-mail sobre a observação.

De acordo com os recursos de colaboração do Microsoft 365, para realizar essa ação diretamente no corpo do texto, o usuário deve:

a) Utilizar o recurso de "Nota de Rodapé", inserindo o e-mail do colega no campo de texto.
b) Inserir um novo comentário e utilizar a Menção (digitar o símbolo "@" seguido do nome ou e-mail do colega).
c) Salvar uma cópia do documento com o nome do colega e enviar o arquivo anexo via Outlook.
d) Clicar com o botão direito no texto e selecionar a opção "Bloquear Edição para Terceiros", para que apenas o colega visualize a nota.

9) No Google Meet, o organizador da reunião possui o controle sobre a interação dos participantes por meio das "Travas de Segurança". Caso o organizador desative a opção "Enviar mensagens no chat", qual será o comportamento imediato observado pelos participantes da reunião?
a) Os participantes ainda conseguem ler as mensagens enviadas antes da trava, mas o campo de digitação fica desabilitado para eles.
b) O chat é encerrado e todas as mensagens enviadas anteriormente são apagadas para todos.
c) Apenas participantes com e-mail institucional @unicamp.br continuam com a permissão de envio liberada.
d) O chat desaparece da barra lateral e só volta a ficar visível se o organizador promover o participante a "Co-organizador".

10) Ao utilizar os computadores da UNICAMP, o Profissional em Administração deve estar atento aos riscos de códigos maliciosos (*malware*). De acordo com a Cartilha de Segurança para Internet, existe um tipo de programa que é capaz de monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros. Quando esse programa é projetado especificamente para capturar tudo o que é digitado pelo usuário (como senhas de sistemas acadêmicos ou bancários), ele é classificado como:

a) *Worm*

b) *Screenlogger*

c) *Keylogger*

d) *Bot*

11) Considere a frase: "**Faziam** dez anos que a diretoria não via tantos processos acumulados, mas **houveram** muitos esforços para resolvê-los". Segundo a norma gramatical de concordância verbal, o trecho apresenta erros que seriam corrigidos substituindo as formas verbais destacadas por:

a) Fazia – houveram

b) Fazem – haviam

c) Fazia – houve

d) Fazem – houve

12) Assinale a alternativa em que a pontuação está empregada corretamente, respeitando as normas de concordância e a hierarquia sintática da Língua Portuguesa:

a) A reitoria da universidade, comunicou aos alunos as novas datas, das provas.

b) Os servidores, que foram aprovados no último concurso, tomarão posse na próxima segunda-feira.

c) Após o término da reunião os conselheiros, decidiram pela aprovação da verba.

d) É necessário que, todos os documentos, sejam entregues na secretaria.

13) Em um comunicado oficial, o Administrador escreve: "A decisão foi tomada de forma **imparcial**, visando o bem comum". O antônimo da palavra em destaque, que alteraria o sentido para uma escolha tendenciosa, é:

a) Parcial

b) Justa

c) Impetuosa

d) Neutra

14) Durante a reunião do Conselho Universitário, o Diretor informou ___ servidoras presentes que os documentos deveriam ser encaminhados ___ Diretoria Acadêmica e submetidos posteriormente ___ análise do setor jurídico, para atendimento ___ normas institucionais. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, de acordo com a norma culta:

a) às – à – à – às

b) as – à – à – às

c) as – a – à – as

d) às – à – a – às

15) Assinale a alternativa que apresenta a concordância nominal correta, de acordo com a norma culta:

a) As cópias dos editais seguem incluso aos processos para análise da reitoria.

b) As servidoras ficaram bastantes preocupadas com as novas metas do setor.

c) A palestra começou ao meio-dia e meio, após a chegada dos convidados.

d) Elas mesmas confirmaram que os documentos já estavam prontos para o envio.

16) O princípio da Constituição Federal de 1988 que rege a Administração Pública e impõe aos servidores públicos, incluindo o Profissional em Administração da UNICAMP, o dever de não apenas atuar dentro da lei, mas de buscar a presteza, a perfeição e o rendimento funcional, otimizando recursos e alcançando os melhores resultados para a Universidade, é denominado princípio da:

a) Moralidade

b) Publicidade

c) Eficiência

d) Impessoalidade

17) A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) integra a Administração Pública do Estado de São Paulo, mas não se confunde com o próprio Estado (Administração Direta), pois possui personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. Considerando a organização da Administração Pública e a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a UNICAMP classifica-se juridicamente como:

a) Órgão autônomo da Administração Direta, subordinado à Secretaria da Educação.

b) Fundação Pública de Direito Privado, instituída por escritura pública.

c) Entidade paraestatal sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social.

d) Entidade da Administração Indireta, sob a forma de Autarquia.

18) Para cumprir sua missão institucional, o Estado de São Paulo optou por não prestar o serviço de ensino superior diretamente através de seus órgãos centrais, mas transferindo a titularidade e a execução desse serviço para uma nova entidade criada por lei (a UNICAMP, por exemplo). Por outro lado, internamente, a UNICAMP se organiza distribuindo competências entre suas diversas unidades, como a Diretoria Geral de Administração (DGA) e a Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH), que não possuem personalidade jurídica própria. Os fenômenos administrativos descritos acima — a criação da UNICAMP pelo Estado e a divisão interna de tarefas dentro da Universidade — correspondem, respectivamente, aos conceitos de:

a) Descentralização e Desconcentração

b) Desconcentração e Centralização

c) Centralização e Delegação

d) Descentralização e Outorga

19) Um Profissional em Administração da UNICAMP, ocupante de cargo efetivo, completou 3 (três) anos de efetivo exercício. Para adquirir a estabilidade no serviço público, prevista na Constituição Federal, além do tempo de serviço, é condição obrigatória que o servidor:

a) Seja nomeado para uma função de confiança ou cargo em comissão.

b) Seja aprovado em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

c) Complete 5 anos de efetivo exercício, conforme a nova legislação estadual.

d) Tenha a sua nomeação ratificada por ato discricionário do Reitor da Universidade.

20) A reitoria da UNICAMP, visando reestruturar suas diretorias, analisa o quadro de pessoal para preencher posições destinadas a atribuições de direção, chefia e assessoramento. Considerando as disposições constitucionais sobre os agentes públicos, assinale a alternativa correta que diferencia juridicamente os "Cargos em Comissão" das "Funções de Confiança":

a) Ambos os institutos (Cargo em Comissão e Função de Confiança) destinam-se exclusivamente a pessoas sem vínculo anterior com a Administração Pública, sendo vedada a nomeação de servidores de carreira para essas posições para evitar conflito de interesses.

b) A Função de Confiança pode ser exercida por qualquer cidadão com idoneidade moral, enquanto o Cargo em Comissão é de provimento privativo de quem já prestou concurso público de provas ou de provas e títulos.

c) O servidor nomeado para Cargo em Comissão adquire estabilidade no serviço público após 3 (três) anos de exercício na função de chefia, equiparando-se ao servidor efetivo para fins previdenciários.

d) A Função de Confiança é exercida exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, ao passo que os Cargos em Comissão, embora de livre nomeação e exoneração, devem ter um percentual mínimo dos casos, previsto em lei, preenchido também por servidores de carreira.

21) Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, a redação oficial deve ser caracterizada por certos atributos. Aquele que orienta que o texto deve ser escrito de forma que não haja mais de uma interpretação possível é a:

a) Concisão

b) Impessoalidade

c) Clareza

d) Formalidade

22) De acordo com o Artigo 9º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão nos órgãos e entidades do poder público. Segundo o texto literal da referida Lei, compete a esse serviço, entre outras atribuições:

a) Cobrar taxas administrativas para o fornecimento de qualquer tipo de informação, visando o custeio do sistema.

b) Exigir que o solicitante apresente uma justificativa fundamentada sobre o motivo do pedido de acesso.

c) Decidir, de forma definitiva e sem direito a recurso, quais informações podem ser classificadas como ultrassecretas.

d) Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações e informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades.

23) Conforme o Cartilha do Código de Ética da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, o conceito de "Agente Público" para fins de aplicação das normas éticas abrange:

a) Todo aquele que exerce mandato, cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

b) Apenas servidores ocupantes de cargo efetivo e com remuneração.

c) Exclusivamente os agentes que possuem vínculo por nomeação em cargos de confiança.

d) Somente aqueles que possuem vínculo estatutário com a Administração Direta.

24) Na terminologia da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, é classificado como:

a) Dado anonimizado

b) Dado pessoal sensível

c) Dado de acesso público

d) Dado pseudonimizado

25) Com as alterações da Lei nº 14.230/2021, que dispõe sobre Improbidade Administrativa, para que um agente público seja condenado por ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, é indispensável a comprovação de:

a) Culpa grave

b) Culpa leve

c) Dolo específico

d) Erro grosseiro

26) A UNICAMP, ao tratar dados pessoais de seus alunos, é considerada, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), a figura do:

a) Operador

b) Encarregado

c) Titular

d) Controlador

27) Um servidor que facilita a aquisição de bens por preço superior ao de mercado, gerando lesão ao erário, comete ato de improbidade. Segundo o Artigo 10 da Lei nº 14.230/2021, que dispõe sobre Improbidade Administrativa, a sanção de suspensão dos direitos políticos para este caso específico pode ser aplicada pelo prazo de até:

a) 8 anos

b) 10 anos

c) 14 anos

d) 12 anos

28) A Cartilha do Código de Ética da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo estabelece diretrizes específicas para o uso de mídias digitais. Sobre esse tema, assinale a alternativa que reflete uma conduta correta do agente público:

a) Ser cauteloso em publicações nas redes sociais para não comprometer a imagem e a credibilidade da sua instituição, do Governo do Estado de São Paulo ou dos demais agentes públicos.

b) Utilizar canais de comunicação institucional para fins particulares, desde que fora do horário de expediente.

c) Compartilhar livremente informações privilegiadas em redes sociais para garantir a transparência.

d) Emitir opiniões políticas em perfis pessoais identificando-se como representante oficial do órgão sem autorização.

29) Entre os Princípios e Valores Fundamentais que devem ser observados pelos agentes públicos integrantes da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, o Código de Ética destaca explicitamente:

a) A primazia do interesse particular sobre o coletivo em situações de emergência.

b) O zelo pela imagem institucional dos órgãos e entidades.

c) A discricionariedade absoluta na aplicação de sanções administrativas.

d) A prevalência de convicções ideológicas pessoais no exercício da função.

30) Sobre a diagramação do "Padrão Ofício", o Manual de Redação da Presidência da República recomenda que a fonte a ser utilizada e o alinhamento do texto do documento sejam, respectivamente:

a) Arial e Centralizado

b) Calibri ou Carlito e Justificado

c) Times New Roman e Alinhado à esquerda

d) Courier New e Justificado

31) O princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) que impõe que o tratamento de dados deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades é o princípio de:

a) Necessidade

b) Finalidade

c) Segurança

d) Qualidade dos dados

32) A Lei 14.230/2021, que dispõe sobre Improbidade Administrativa, estabeleceu que a ação para a aplicação das sanções por improbidade prescreve em:

a) 8 anos, contados da ocorrência do fato ou da cessação da permanência.

b) 5 anos, contados da data do fato.

c) 10 anos, contados da demissão.

d) 2 anos, se o agente for detentor de mandato eletivo.

33) De acordo com a organização administrativa brasileira e a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, as Fundações Públicas de Direito Público por serem criadas mediante lei e possuírem personalidade jurídica de direito público para o desempenho de atividades não lucrativas, são consideradas pela doutrina como:

a) Órgãos autônomos pertencentes à Administração Direta.

b) Entidades paraestatais que integram o terceiro setor, como as Organizações Sociais.

c) Entidades equivalentes às Autarquias, submetendo-se ao mesmo regime jurídico administrativo.

d) Divisões internas de Secretarias de Estado, sem patrimônio próprio.

34) O princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) que garante aos titulares informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial, é o de:

a) Segurança

b) Transparência

c) Responsabilização e Prestação de Contas

d) Livre Acesso

35) Segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o prazo máximo de restrição de acesso a uma informação classificada como Ultrassecreta é de:

a) 15 anos

b) 100 anos

c) 50 anos

d) 25 anos

36) De acordo com a Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, a investidura em cargo ou emprego público depende de:

a) Aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b) Indicação política para cargos de nível técnico, desde que o candidato possua curso superior.

c) Aprovação em processo seletivo simplificado para todos os cargos de carreira, dispensando-se o concurso para funções de confiança.

d) Tempo de serviço prévio na iniciativa privada superior a 5 anos.

37) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. Segundo o Art. 39 da Constituição Federal de 1988, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

a) Apenas a disponibilidade orçamentária do momento, sem considerar a natureza do cargo.

b) O índice de inflação do ano anterior obrigatoriamente, independentemente da categoria.

c) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

d) A paridade obrigatória com os salários oferecidos pela iniciativa privada para funções idênticas.

38) Sobre a estabilidade do servidor público e a perda do cargo, considere a seguinte situação: um servidor estável da UNICAMP comete uma falta grave. Segundo o Art. 41 da Constituição Federal de 1988, o servidor público estável só perderá o cargo:

a) Por decisão administrativa do Reitor, sem necessidade de defesa, em casos de urgência.

b) Caso a Universidade apresente déficit orçamentário no fechamento do ano fiscal.

c) Automaticamente, se o servidor permanecer em licença médica por mais de 24 meses.

d) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

39) O Artigo 173, § 4º da Constituição Federal de 1988 estabelece que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Nesse contexto, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é considerada:

a) A regra geral da ordem econômica brasileira, visando o pleno emprego.

b) Uma atividade livre, bastando a vontade política do Chefe do Executivo para sua criação.

c) Uma exceção, permitida apenas quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

d) Proibida em qualquer circunstância, devendo o Estado atuar apenas como agente normativo.

40) De acordo com o Artigo 175 da Constituição Federal de 1988, a prestação de serviços públicos é incumbência do Poder Público. Sobre a execução desses serviços por meio de concessão ou permissão, é correto afirmar que:

a) A delegação transfere ao particular a titularidade do serviço público, tornando-o proprietário da atividade enquanto durar o contrato.

b) O regime de concessão ou permissão dispensa a realização de licitação quando o serviço for considerado de natureza essencial.

c) O Poder Público perde o poder de fiscalização sobre o serviço uma vez que este é delegado a uma empresa privada.

d) A lei deve dispor obrigatoriamente sobre a política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado.

UNICAMP

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO TEMPORÁRIO

CADERNO DE QUESTÕES
PROVA ESCRITA OBJETIVA
PROFISSIONAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 08/2026 - NEPAM